

VLADIMIR CAMPOS

BRASIL E O TRATADO DE NÃO-PROLIFERAÇÃO (1968-1998):  
DA NEGAÇÃO RECORRENTE À ACEITAÇÃO INCONDICIONAL

Trabalho de Conclusão de Curso de Relações Internacionais para a Universidade de Brasília, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Relações Internacionais.

VLADIMIR CAMPOS

BRASIL E O TRATADO DE NÃO-PROLIFERAÇÃO (1968-1998):  
DA NEGAÇÃO RECORRENTE À ACEITAÇÃO INCONDICIONAL

Trabalho de Conclusão de Curso de Relações Internacionais para a Universidade de Brasília, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes

Brasília  
2011

Às vítimas da maior de todas as insanidade humanas, a guerra.

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe e ao meu pai, duas importantíssimas figuras na minha vida e que desde sempre e de forma contínua me incentivaram na leitura e no estudo. Ao professor Virgílio Caixeta Arraes pelas importantíssimas colaborações através de sua brilhante orientação (sempre acompanhada de agradabilíssimas horas de conversas sobre os mais variados temas) e pelo apoio dado em conjunto com o professor Antônio Carlos Lessa ao meu projeto pessoal de uma carreira acadêmica. À minha maravilhosa esposa que além do incondicional apoio, demonstrou uma infinita paciência perante minha obsessão pelo tema nuclear.

M.A.D.

fazer casa num silo nuclear da guerra fria  
de um harmônico descompasso mundial  
de um eterno estado de agonia  
míssil balístico intercontinental  
louco para voar  
louco para explodir  
adquiriu vida própria  
e pôs-se a sorrir perante a situação  
de tanto poder e ter que esperar  
que liberem as amarras  
abram o silo  
e o deixem escapar  
pulsa  
pulsa um míssil nuclear  
pulsa um coração posto a esperar  
que as tensões mundiais se agravem  
e acabem por detonar a primeira ogiva  
que arrasará a primeira cidade  
que causará a primeira enchente termonuclear  
que causará retaliação  
perturbação na ordem mundial  
que causará pânico  
euforia e agitação  
(paixão)

Vladimir Campos

27/07/1995

## **RESUMO**

Este trabalho está dividido em três partes, com foco no período de trinta anos entre o surgimento do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) e sua adesão pelo Brasil. No primeiro capítulo, traça um perfil histórico que tem início no final da Segunda Guerra Mundial e é concluído na votação do TNP pela Assembléia Geral da ONU. O segundo e terceiro capítulos relatam os acontecimentos ligados a questão nuclear envolvendo os três presidentes militares e os quatro civis que governaram o país entre a votação do tratado nas Nações Unidas em 1968 e a adesão brasileira em 1998.

## **ABSTRACT**

This work is segmented in three parts with emphasis on the thirty year period ranging from the Non-Proliferation Treaty (NPT) and its signature by Brazil. The first chapter is a historic timeline beginning on the end of the Second World War until the the voting of the NPT at the United Nation General Assembly. The second and third chapters narrates the Brazilian nuclear issue during the three military and four civilian presidents that governed the country between the treaty voting at United Nation General Assembly and the Brazilian signature.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
1 - O TRATADO DE NÃO PROLIFERAÇÃO NUCLEAR .....	12
2 - O BRASIL E O TNP: DE COSTA E SILVA A FIGUEIREDO .....	27
3 - O BRASIL E O TNP: DE JOSÉ SARNEY A FERNANDO HENRIQUE CARDOSO .....	40
CONCLUSÃO .....	51
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	54

## INTRODUÇÃO

Em agosto de 1945 quando os Estados Unidos da América (EUA) lançaram bombas atômicas nas cidades japonesas de Hiroxima e Nagasáqui, simbolicamente marcando o fim da Segunda Guerra Mundial, paralelamente davam início a uma corrida global em busca da tecnologia nuclear.

O segundo país a dominar esta tecnologia foi a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), atual Rússia, que explode sua primeira bomba em 1953. A Grã-Bretanha o faz em 1957, em 1960 os franceses e em 1964 os chineses. Portanto, 19 anos depois da primeira explosão, os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas já possuíam armas nucleares.

Diversos outros países continuaram, entretanto, a busca pela tecnologia atômica. Dentre eles, por exemplo, o Paquistão que dá início a seu programa nuclear em 1972 e a Índia que realiza uma explosão em 1974.

A corrida nuclear não cessa e com o passar dos anos fica evidente que seus objetivos não pacíficos tornaram-se uma tendência global. Armas atômicas passaram a ser utilizadas para fins de dissuasão entre as potências bipolares da Guerra Fria e nas situações nas quais existiam disputas regionais. Portanto, não dominar a tecnologia significava uma desvantagem técnica e principalmente militar perante reais e potenciais inimigos.

Em seu discurso ‘Átomos para Paz’, realizado em dezembro de 1953 na oitava assembléia geral das Nações Unidas, o então presidente estadunidense Dwight D. Eisenhower já alertava o mundo para uma situação de descontrole, propondo inclusive a criação de uma agência internacional para controle e disseminação pacífica da tecnologia nuclear (The Eisenhower Presidential Library and Museum Homepage, 2010). Em 1957 é fundada a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

Outro marco importante dessa era foi o surgimento do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), que foi assinado e depositado por diversos países a

partir do ano de 1968. E em 1970 os governos do Reino Unido, EUA e URSS informaram a AIEA que o TNP entrava em vigor no dia 5 de março daquele ano.

O Brasil foi um dos países que não assinou o tratado em 1968, tendo o depositado somente em setembro de 1998. Outros países da América Latina seguiram essa mesma tendência. A Argentina, por exemplo, o fez somente em 1995 e com algumas ressalvas.

Por que o Brasil levou trinta anos para aderir ao TNP?

Considerando o período em pauta, sete presidentes governaram o Brasil. De Artur da Costa e Silva a Fernando Henrique Cardoso, foram três militares e quatro civis. Entretanto é preciso retroceder alguns anos para compreender a conjuntura brasileira à época do surgimento do TNP.

A Política Externa Independente (PEI), “designação como ficou conhecida a política exterior brasileira de 31 de janeiro de 1961 (posse de Jânio Quadros) a 31 de março de 1964 (advento do regime militar)” (Cervo, 2008:309), era baseada no nacionalismo e aproveitava os efeitos da revolução cubana na relação dos EUA com os demais países do continente para obter vantagens para o Brasil.

Dentre os fundamentos dessa política podemos citar: os princípios da não intervenção e da autodeterminação dos povos, posição contrária a realização de experiências nucleares e maior aproximação com a Argentina, inclusive no que se refere a questões atômicas. Apesar de resistência de Buenos Aires, já se pensava inclusive num mercado comum no Cone Sul. Ocorreu também uma aproximação comercial e cultural com a Europa Oriental, URSS e China.

O golpe militar de 1964 e em especial o governo do presidente Castelo Branco, marca um intervalo no ciclo nacional-desenvolvimentista e em seu lugar tem início uma aproximação e apoio aos EUA e suas políticas.

Porém, em 1966 já emergia a decepção brasileira pela falta de retorno econômico dos EUA em contrapartida ao apoio prestado pelo Brasil. Dessa forma, o novo presidente brasileiro abandona as políticas de seu antecessor, retomando a postura nacionalista que será mantida até novo intervalo na fase de transição para os presidentes civis (Vizentini, 2004:46).

Costa e Silva deixa isso claro já em abril de 1967. “Ante o mesmo auditório do Itamaraty, numa réplica, ponto por ponto, ao célebre discurso de Castelo Branco de 31 de julho de 1964, sepultou em definitivo o modelo de política externa avançado pelo primeiro governo militar” (Cervo, 2008:382).

A partir deste momento a diplomacia brasileira passou a adotar o discurso de total desnuclearização em escala global. Apenas congelar a situação existente no ato da assinatura do TNP significaria um desequilíbrio entre os países detentores e não detentores da tecnologia e de armas nucleares.

Com exceção do presidente Castelo Branco, que manteve uma política internacional bilateral com os Estados Unidos, os demais presidentes militares que o sucederam procuraram tirar proveito da bipolaridade da Guerra Fria, aproximando-se cada vez mais da Europa Ocidental e países do eixo Soviético numa clara política multilateral.

No caso das negociações relativas a tecnologia nuclear não foi diferente, agindo dessa forma o Brasil adquiriu a tão desejada independência atômica através de parcerias com diversos países, mais notadamente a Alemanha.

Já na era civil, o presidente José Sarney e seu sucessor, Fernando Collor de Mello assinam diversos tratados e declarações relativos a ação nuclear conjunta Brasil e Argentina como por exemplo o acordo de Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear, e o tratado de criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC). Foram resolvido dessa forma e de uma vez por todas os desentendimentos militares do passado com o país vizinho.

Na legislatura do presidente Fernando Henrique Cardoso, cuja política incluiu uma abertura econômica e maior aproximação aos Estados Unidos, o Brasil finalmente depositou o Tratado de Não-Proliferação Nuclear. Diferente do que ocorrera no passado, quando a não assinatura do tratado representava uma vantagem competitiva para o Brasil, a assinatura naquele momento indicava um novo posicionamento.

O desenvolvimento de tecnologia nuclear própria ao custo de anos de desentendimento com os EUA no tocante ao TNP e a solução dos impasses militares com a vizinha Argentina possivelmente levaram a diplomacia brasileira a rever sua política, aderir ao TNP e tirar proveito da cooperação técnica com os demais países signatários.

Esse trabalho está dividido em três partes. O primeiro capítulo trata especificamente da história do tratado e traça um resumo dos eventos globais que levaram ao surgimento da idéia, discussão do tema e posterior votação do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) na Assembléia Geral da ONU de 1968.

No segundo capítulo serão avaliados os aspectos que levaram os presidentes militares brasileiros Costa e Silva, Geisel e Figueiredo, a não aderir ao TNP. No terceiro capítulo, a avaliação continua levando em conta a maior aproximação entre Brasil e Argentina nos mandatos de Sarney, Collor, Itamar e finalmente serão expostas as possíveis razões que levaram o presidente Fernando Henrique Cardoso a assinar o tratado.

## CAPÍTULO 1 - O TRATADO DE NÃO PROLIFERAÇÃO NUCLEAR

As bombas atômicas lançadas sobre o Japão foram marcos simbólicos para dois importantes acontecimentos: o fim da Segunda Guerra Mundial e a divisão do mundo em dois blocos de poder, dando início ao que posteriormente se convencionou chamar de Guerra Fria.

As bombas e seu poder dissuasivo encerraram a guerra, afastaram a União Soviética das negociações de paz no Japão e evidenciaram duas visões distintas de mundo no pós-guerra. Enquanto Roosevelt e Churchill buscavam criar instituições que garantissem a segurança coletiva e o livre comércio internacional, Stalin buscava promover sua própria segurança através do que mais tarde Churchill chamou de Cortina de Ferro.

“Stalin desejava criar e assegurar uma zona tampão no leste europeu para proteger a União Soviética, para estabelecer seu país como uma ‘superpotência’ e remover a ameaça da Alemanha à União Soviética permanentemente” (Knight, 2009:390).

Essa forma de pensar, entretanto, não refletia mais a realidade do mundo pós-armas nucleares. A URSS, até aquele momento ainda não havia tomado consciência da mudança de paradigma da guerra trazida pelo surgimento da bomba atômica. Guardadas as devidas proporções, pode-se, por exemplo, comparar o advento das bombas nucleares ao surgimento do avião e seu uso como arma na Segunda Guerra Mundial, mudando totalmente o paradigma das trincheiras da Primeira Guerra.

Dentre as instituições idealizadas e criadas antes e depois da Segunda Guerra Mundial, Stalin engajou a União Soviética apenas na Organização das Nações Unidas (ONU), visando garantir sua participação nas decisões de segurança global através do assento permanente e poder de veto no Conselho de Segurança.

No que se refere às demais instituições, optou por criar organismos similares com o objetivo de atender as necessidades dos países que vieram a fazer parte da área de influência soviética.

Porém, o processo de divisão do mundo em dois blocos tem início antes mesmo do fim da Segunda Guerra mundial. Com o objetivo de derrotar a Alemanha, formou-se uma aliança de países cujas ideologias, economias e exércitos por natureza muito distintos.

Por exemplo, nota-se na União Soviética o já mencionado interesse na sua própria segurança quando clama para sua área de influência os países do leste europeu. No que se refere aos ingleses é clara sua preocupação com seu império na figura das colônias. E finalmente, as decisões de Bretton Woods mostram o interesse estadunidense pelo livre comércio no pós-guerra. Portanto, o único ponto em comum entre eles era o objetivo de derrotar Hitler.

As invasões aliadas à Europa, em frentes vindas do leste e oeste europeu, esboçam a demarcação das áreas de influência de cada bloco até o confronto final sobre solo alemão, dividindo o próprio país em duas áreas, uma sobre controle ocidental e outra sob controle oriental. Berlim, dentro de território oriental, figuraria como uma representação do país em escala menor, também dividida em setores entre os aliados.

Apesar do acerto relativo a então capital alemã, Stalin sempre interpretou com dificuldades a existência de uma território ocidental dentro do território da Alemanha oriental e já em 1948 ao bloquear o acesso terrestre a parte capitalista da cidade, provoca o primeiro incidente do pós-Segunda Guerra.

“Os aliados ocidentais improvisaram um serviço aéreo para abastecer a cidade, ganhando dessa forma a gratidão dos berlinenses, o respeito dos alemães e uma vitória perante a opinião pública global fazendo com que Stalin aparecesse como incompetente e brutal” (Gaddis, 2005:587).

Como consequência, o incidente em Berlim levou aos europeus ocidentais à percepção de que haveria necessidade de algum tipo de proteção militar. De acordo com Hobsbawm (1994:237) a situação na Europa Ocidental parecia tão tensa que Washington sentiu que o fortalecimento da economia européia e japonesa deveria ser a prioridade do Plano Marshall.

Nos Estados Unidos, por sua vez, o incidente ajudou na aprovação do Plano, que de acordo com Rémond (1974:149) situava-se no plano econômico, porém com inspirações de várias ordens.

Nesse mesmo ano, surge a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Em seu artigo quinto o tratado estabelece que um ataque a qualquer dos países membros será considerado um ataque a todos e conseqüentemente, um ou mais países membros no seu direito de legítima defesa poderão prestar assistência aos demais. O artigo sexto detalha o que é considerado um ataque a seus membros, especificando inclusive os países e modalidades de ataque.

“Artigo 5º - As Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, conseqüentemente, concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou coletiva, reconhecido pelo artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes Partes, a ação que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte.

Qualquer ataque armado desta natureza e todas as providências tomadas em conseqüência desse ataque são imediatamente comunicados ao Conselho de Segurança. Essas providências terminarão logo que o Conselho de Segurança tiver tomado as medidas necessárias para restaurar e manter a paz e a segurança internacionais.

Artigo 6º - Para os fins do Artigo 5.º, considera-se ataque armado contra uma ou várias das Partes o ataque armado:

- contra o território de qualquer delas na Europa ou na América do Norte, contra os Departamentos franceses da Argélia, contra o território da Turquia ou contra as Ilhas sob jurisdição de qualquer das Partes situadas na região do Atlântico Norte ao Norte do Trópico de Câncer;
- contra as forças, navios ou aeronaves de qualquer das Partes, que se encontrem nesses territórios ou em qualquer outra região da Europa na qual as forças de ocupação de qualquer das Partes estavam à data em que o tratado entrou em vigor ou no Mar Mediterrâneo ou na região do Atlântico Norte ao norte do Trópico de Câncer, ou que os sobrevoem” (Tratado do Atlântico Norte, 2011).

Apesar das referências aos ataques à América do Norte, o momento histórico deixa claro que o objetivo delineado nos artigos quinto e sexto do texto do tratado é a proteção dos países europeus ocidentais por arte dos Estados Unidos no caso de um ataque soviético.

Durante o pós-Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria, os eventos até aqui descritos foram seguidos de diversos outros. Norte-americanos e soviéticos provocavam-se e competiam constantemente.

“Os Estados Unidos possuem a bomba atômica desde o verão de 1945, e esse monopólio lhes confere uma situação excepcional. Não tarda, porém, que a Rússia anule o avanço norte-americano fabricando, por seu turno, a bomba A. Os Estados Unidos, contudo, retomam o avanço inventando a bomba termonuclear. Mas a Rússia voltará a alcançá-los” (Rémond, 1974:153).

Observa-se dessa forma a partir de 1945 um delicado jogo entre as superpotências. A medida que a corrida armamentista efetivamente começa com o surgimento da bomba atômica Soviética em 1949, uma série de eventos encadeados ora evidenciam a disputa ideológica entre as super-potências, ora provocam ameaças nucleares com caráter de dissuasão.

O programa nuclear soviético teve início em 1943 baseado em relatórios de espionagem coletados do Projeto Manhattan. As contribuições principais foram provenientes de Klaus Fuchs, que atuava em Los Alamos e transmitiu tudo que sabia para a União Soviética através de Harry Gold e do casal Rosenberg. (Federation of American Scientists, 2011)

O primeiro teste nuclear soviético ocorreu com uma bomba de plutônio de 22 Kt em agosto de 1949. O segundo, dois anos depois em setembro de 1951, com uma bomba de 400 Kt. E em novembro de 1955, um teste de 1.6 Mt foi realizado com a primeira bomba de hidrogênio soviética. (The Soviet Nuclear Weapons Program, 2011)

Uma vez que o bloco soviético manteve-se fora dos regimes e instituições ocidentais do pós-Segunda Guerra, foram criadas instituições similares e substitutas como por exemplo o Cominform em 1947, que segundo Gaddis (2005:566) representava uma resposta ao Plano Marshall. Mais adiante, em 1949 surge o Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON).

Também no ano de 1949, mesmo sem o apoio de Moscou, um outro fato histórico importante desequilibra as relações leste-oeste. A China comunista vence os

nacionalistas e mais adiante é assinado o tratado sino-soviético como forma de contrabalançar a OTAN.

Alguns anos depois, com auxílio soviético e posteriormente com recursos próprios, a China torna-se o último país do Conselho de Segurança da ONU a adquirir tecnologia nuclear. Seu primeiro teste com uma bomba de 22 Kt ocorreu em Outubro de 1964, porém, em junho 1967 o país realiza um teste com uma bomba de hidrogênio de 3.3 Mt. (China's Nuclear Weapons, 2011)

As mudanças iniciadas na China repercutem em seus vizinhos e poucos anos após o incidente em Berlim, a Coreia do Norte invade o Sul e o mundo experimenta o primeiro enfrentamento militar do comunismo contra o capitalismo. Apesar das ameaças estadunidenses, a guerra foi travada com armas convencionais. O resultado, entretanto, poderia ter sido outro.

Gaddis ilustra a situação indicando a que ponto poderiam ter chegado as tensões militares entre ambas as super-potências, quando descreve um hipotético uso de bombas atômicas na Guerra da Coreia.

“No dia 2 de dezembro, fazendo uso da autoridade que lhe foi dada por Truman, o general MacArthur ordenou o lançamento de cinco bombas similares as de Hiroxima sobre as colunas chinesas avançando pela península coreana. Apesar de não eficientes em encerrar o conflito como ocorreu com o Japão na Segunda Guerra Mundial, foram capazes de interromper a ofensiva chinesa. Aproximadamente 150.000 chineses foram mortos nos ataques em conjunto com um incontável número de prisioneiros estadunidenses e sul-coreanos. Sobe pressão chinesa, os soviéticos dão um ultimato aos Estados Unidos para deixar a Coreia em quarenta e oito horas, caso contrario sofrerão severas consequências. No dia quatro de dezembro, terminado o prazo, dois bombardeiros soviéticos decolam de Vladivostok com uma bomba atômica primitiva, porém funcional” Gaddis (2005:819).

Como se sabe, a guerra foi travada em realidade apenas com armas convencionais, porém durou três anos e evidenciou a disputa dos Estados Unidos contra os soviéticos e a partir deste momento também contra os chineses que participaram do conflito enviando voluntários.

Cabe reforçar aqui o viés nuclear que a guerra poderia ter seguido. De acordo com Gaddis (2005:808) em uma coletiva de imprensa realizada no dia 30 de

novembro de 1950, quando perguntado se as ações militares estadunidenses incluíram o uso de armas nucleares, o presidente Truman respondeu: ‘incluem todas as armas que temos [...]’.

O período entre março de 1947 a abril de 1951 - início formal da Doutrina Truman e demissão do general Douglas MacArthur por ter levado suas ambições militares longe demais - é considerado por Hobsbawm (1994:226) como o período mais explosivo da Guerra Fria.

Apesar da Segunda Guerra Mundial ter sido formalmente encerrada em 1945, vários conflitos regionais travados posteriormente foram fruto da disputa ideológica entre Estados Unidos e União Soviética. E a medida que novos testes nucleares eram realizados, surgia em paralelo a constatação por ambas super-potências de que armas nucleares deveriam ser utilizadas apenas como forma de dissuasão e se fossem efetivamente utilizadas, deveriam garantir o máximo de destruição no inimigo, antes de ter seu próprio território destruído.

O objetivo de causar maior destruição possível lançando com antecedência o maior número de mísseis nucleares, provocando por sua vez um contra-ataque imediato veio mais tarde a se conhecido como Destruição Mútua Assegurada, ou na sua sigla em Inglês, *Mutually Assured Destruction* (MAD).

Em outras palavras, quanto maior o poder de destruição das super-potências, maior o medo de utilização das armas e menor a probabilidade de utilizá-las. O que antagonicamente acabava por gerar mais estabilidade. "Apenas o MAD impediria um lado ou outro de dar o sempre pronto sinal para o planejado suicídio da civilização. Não aconteceu, mas por cerca de quarenta anos pareceu um possibilidade diária" Hobsbawm (1994:224).

O MAD pode ser evidenciado em vários momentos de provocação entre soviéticos e estadunidenses. Por exemplo, ao comentar a afirmação feita por Kennedy de que os Estados Unidos teriam armas nucleares para destruir duas vezes a União Soviética, Nikita Khrushchev afirma aos jornalistas que acredita serem reais as afirmações do presidente norte-americano, porém o presidente soviético não tinha

do que reclamar, pois sabia que destruir os Estados Unidos apenas uma vez já era o suficiente. (The Soviet Nuclear Weapons Program, 2011).

O mundo nunca chegou às vias de fato, em realidade a humanidade vive seu maior período de paz desde a Segunda Guerra Mundial. Porém este equilíbrio de forças foi em alguns momentos posto à prova e em pelos menos duas situações quase levou o mundo a uma guerra nuclear. A Crise de Suez em 1956 e a Crise dos Mísseis em 1962.

No que se refere a Crise de Suez, Warner (1991) descreve o incidente do ponto de vista histórico e político. Identifica que os Estados Unidos tomaram as seguintes ações políticas, econômicas e militares: busca de uma solução para o problema Árabe-Israelense; ajuda financeira de 75 milhões de dólares para projetos de desenvolvimento da região; e apoio militar visando a segurança do país.

Apesar disso o primeiro ministro Nasser tomou atitudes contrárias às expectativas estadunidenses, dentre as quais, por exemplo, a aquisição de armas da Checoslováquia, um país ligado ao bloco soviético. E foi além. Alegando a necessidade de verbas para construir a Represa de Assuã, Nasser nacionaliza a Companhia do Canal de Suez provocando um incidente internacional envolvendo ingleses, franceses, norte-americanos e soviéticos.

Mesmo entre aliados, os Estados Unidos divergiam em alguns aspectos relativos a posição a ser tomada em virtude da nacionalização do canal. Os britânicos e franceses temiam que a iniciativa de Nasser inspirasse movimentos semelhantes em outros países da África e objetivavam invadir o Egito. Os norte-americanos, por sua vez, não acreditavam que a nacionalização do canal fosse motivo suficiente para a invasão e temiam perder o controle de todo mundo Árabe no caso de um apoio aos franceses e ingleses.

A solução encontrada pelos britânicos e franceses sem a aprovação de Washington foi estimular Israel a invadir o Egito e usar a sua prerrogativa de defesa do canal, para retomá-lo.

O desencadear dos eventos fez com que o primeiro ministro soviético entrasse em contato com os norte-americanos buscando uma solução conjunta para o

conflito. Porém o presidente Eisenhower tinha seus próprios receios a respeito dos soviéticos, que vinham perdendo posições no mundo Árabe.

Eisenhower enviou à Síria e Israel vôos de reconhecimento e alertou os soviéticos de que um ataque aos britânicos e franceses seria considerado como um início de guerra. Os soviéticos por sua vez enviaram mensagens aludindo o uso de armas nucleares. Por fim, franceses e ingleses se retiraram.

A Crise de Suez, teve entretanto, impacto importante no moral francês com papel crucial na decisão do país de abandonar a OTAN e buscar a sua independência nuclear.

Apesar de ser uma líder em pesquisas nucleares mesmo antes da Segunda Guerra Mundial, a França estabeleceu a Comissão Francesa para Energia Atômica apenas em outubro de 1945 sob a autoridade do Presidente Charles de Gaulle. O país foi portanto, o primeiro a estabelecer uma autoridade civil para energia atômica. O Dr. Bertrand Goldschmitt, que trabalhou com a equipe do Projeto Manhattan, continuou seu trabalho após o regresso para a França, dando início ao programa nuclear de seu país.

Em maio de 1958, na reunião do Conselho de Defesa, Charles de Gaulle autorizou um teste nuclear para o ano seguinte, que ocorreu na Argélia em fevereiro de 1960 com uma bomba de 60 a 70 Kt. Os testes no país africano continuaram até 1966, mesmo depois de sua independência.

Em 1959 a França dá início ao programa de desenvolvimento de mísseis balísticos, tendo o primeiro teste ocorrido em outubro de 1965. O primeiro teste termonuclear de 2.6 Mt ocorreu em agosto de 1968. (France's Nuclear Weapons, 2011).

O conflito de Suez terminou sem o uso de armas atômicas, porém apenas alguns anos depois, em 1962, um novo incidente levaria as duas super-potências mais uma vez à ameaças nucleares mútuas.

Segundo Allyn, Blight e Welch (1989) a crise dos mísseis é considerado pelos soviéticos, estadunidenses e cubanos como o mais perigoso evento da guerra fria. O

autor destaca três motivos que levaram os soviéticos a instalarem mísseis na ilha caribenha.

Em primeiro lugar estaria a proteção da revolução cubana contra uma invasão estadunidense semelhante a que havia ocorrido em 1961 na Baía dos Porcos. Gaddis (2005:2787), por sua vez, classifica a frustrada invasão de 1961 como uma operação que expôs uma das mais ambiciosas operações da CIA e ao mesmo tempo iniciou uma reação em cadeia que em um ano e meio culminaria com o incidente que quase levou o mundo a uma guerra nuclear.

Um segundo motivo seria a criação de um contrapeso aos mísseis estadunidenses na Europa próximos a União Soviética. E uma terceira possibilidade, que segundo ao autor não pôde ser comprovadas seria o objetivo de elevação da moral nacional cubana.

Analisando a literatura nota-se claramente dois aspectos que se destacam desde a explosão da primeira bomba atômica. A medida que o tempo passa, novos Estados adquirem a tecnologia nuclear e essa tecnologia passa a ser usada de forma dissuadir outros Estados. “Em 1963, o presidente Kennedy afirma: 'eu vejo a possibilidade de que em 1970 o presidente dos Estados Unidos precisará lidar com um mundo em que 15 ou 20 ou 25 nações podem ser detentoras de armas nucleares’” Firmage (1969:711). Segundo Hobsbawm (1994:227), o susto da Crise dos Mísseis trouxe à razão por algum tempo até os mais altos formuladores de opinião,

A Crise dos Mísseis é, portanto, um ponto de partida importante para diversos tratados entre Estados Unidos e União Soviética, porém, de acordo com Goldschmidt (1977:69), não se pode considerar os tratados anteriores como fracassos. Todos devem ser considerados como importantes peças em direção ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP).

Apesar de ter contribuído com o programa nuclear britânico, o acordo Anglo-Americano definido em Quebeque em setembro de 1943, pode ser visto como a primeira iniciativa de não-proliferação, uma vez que estabelecia que Estados Unidos, Reino Unido e Canadá não disponibilizariam a outras nações informações relativas a armas nucleares.

Os britânicos foram os primeiros a estudar a sério a viabilidade de armas nucleares. O acordo de cooperação entre Reino Unido, Estados Unidos e Canadá de 1943, continuou durante a guerra e uma missão de cientistas britânicos realizou colaborações importantes ao Projeto Manhattan.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, o primeiro ministro Clement Attlee, criou comitê atômico para estabelecer as políticas nucleares do Reino Unido. O primeiro teste britânico, com uma bomba de 25 Kt, ocorreu na costa da Austrália em 1952. (Britain's Nuclear Weapons, 2011)

Porém, após as explosões nucleares no Japão em 1945, os três países adotaram políticas efetivas de não-proliferação, especialmente no que se referia a União Soviética. Decidiram não compartilhar com o resto do mundo nenhuma informação antes que salvaguardas contra o mau uso da tecnologia fossem colocadas em prática. Também acordaram que buscariam explorar ou comprar todo o urânio disponível no ocidente. O capítulo dois deste trabalho ilustra como esta posição relativa ao urânio influenciou o presidente Geisel no objetivo de buscar a auto-suficiência atômica.

A primeira proposta de controle de material atômico foi apresentada à ONU pelos Estados Unidos em 1946. O assim chamado Plano Baruch foi rejeitado pelos soviéticos que alguns anos depois, 1949, explodiram sua primeira bomba nuclear. A proposta visava manter sob controle de uma agência internacional o ciclo do combustível nuclear e sua distribuição.

Sem domínio da tecnologia nuclear naquele momento, a resposta da União Soviética ao Plano Baruch foi o Plano Gromyko, apresentado em 1946, que em linhas gerais visava o completo desarmamento nuclear e procedimentos para inspeção internacional. A reação dos norte-americanos foi um teste nuclear duas semanas depois no Atol de Bikini.

Em 1954, os Estados Unidos tomam uma das primeiras medidas unilaterais para reduzir a disseminação da tecnologia nuclear. A Lei McMahon e a Lei de Energia Atômica proibiam a transferência de tecnologia militar, porém segundo Firmage (1969:714) o texto permitia transferência de material para países aliados que

já tivessem atingido um determinado progresso na obtenção da tecnologia nuclear e desde que pacífica.

Objetivava-se, dessa forma, beneficiar o Canadá e o Reino Unido em virtude de suas participações no Projeto Manhattan. Essa proibição da transferência de tecnologia posteriormente tornou-se a peça chave do TNP.

Em 08 de dezembro de 1953, o presidente estadunidense Dwight D. Eisenhower, propôs na Assembléia Geral das Nações Unidas, a criação de uma organização com a finalidade de promover o uso pacífico da energia nuclear. Seu discurso, intitulado 'Átomos para Paz', inspirou a criação da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), que segundo suas intenções, serviria como um banco para material nuclear.

Alertava ainda para o fato de que bombas de hidrogênio eram centenas de vezes mais poderosas que as de Hiroxima e Nagazaqui e que o segredo para sua criação não era exclusividade dos Estados Unidos. Finalmente, enfatizou a necessidade da presença da União Soviética nas discussões e na agência (Fischer, 1997:9).

A AIEA surgiu em 1957, tendo sido durante anos uma instituição irrelevante no cenário da corrida armamentista. Porém, em 1962, como resultado da Crise dos Mísseis em Cuba, que evidenciou o quanto o mundo esteve próximo de uma guerra nuclear, os estadunidenses e soviéticos passaram a procurar um entendimento, tendo sido o Tratado sobre Proibição Parcial de Testes Nucleares, de 1963, um dos primeiros sinais de acordo entre ambos (Fischer, 1997:1).

Segundo Hobsbawm (1994:240),

"os anos 60 e 70 na verdade testemunharam algumas medidas significativas para controlar e limitar as armas nucleares: tratados de proibição de testes, tentativas de deter a proliferação nuclear (aceitas pelos que já tinham armas nucleares ou os que jamais esperaram tê-las, mas não pelos que estavam construindo seus próprios arsenais nucleares, como a China, a França e Israel), um Tratado de Limitação de Armas Estratégicas (SALT) entre EUA e URSS, e mesmo alfurja acordos sobre Mísseis Antibalísticos (ABMS) de cada lado".

Porém, dentre todos, o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), surgido em 1968 tinha um objetivo maior: impedir o surgimento de novas nações com

tecnologia nuclear não-pacífica e em seu artigo sexto estabelecia a busca pelo desarmamento e interrupção da corrida nuclear.

Firmage (1969:715-731) enumera cronologicamente os acontecimentos até a assinatura do TNP. Em 4 de agosto de 1967 os Estados Unidos e a União Soviética chegaram a um acordo relativo ao texto do tratado, apesar da divergência que ainda existia no que se referia a Europa, que desejava manter sua agência, a Euratom. Soviéticos e norte-americanos desejavam a existência de apenas uma agência global, porém, o acordo final estabeleceu uma parceria entre a Euratom e a AIEA.

Em 02 de dezembro de 1967 o presidente Johnson autorizou a AIEA a inspecionar as instalações nucleares dos Estados Unidos, com exceção das que eram consideradas como de segurança nacional. Mais adiante o Reino Unido e a União Soviética fizeram o mesmo.

Apesar do previsto compartilhamento de tecnologia nuclear para fins pacíficos, durante o debate do rascunho do TNP em maio de 1968 na Assembléia Geral da ONU, o Brasil se absteve alegando que o tratado impedia explosões nucleares com fins pacíficos; que nenhum compromisso sério foi firmado entre os países com armas nucleares visando o desarmamento; e que países detentores de armas nucleares não eram obrigados a colocar sob supervisão da AIEA suas atividades. A Índia, por sua vez, não assinou o tratado em virtude de falta de salvaguardas relativas às armas atômicas da China.

Em seus três primeiros artigos, nota-se a forte conotação de congelamento do *status-quo* nuclear. O artigo primeiro impede a transferência de tecnologia e armas nucleares para Estados Não-Nucleares:

“Cada Estado nuclearmente armado, Parte deste Tratado, compromete-se a não transferir, para qualquer recipiendário, armas nucleares ou outros artefatos explosivos nucleares, assim como o controle, direto ou indireto, sobre tais armas ou artefatos explosivos e, sob forma alguma assistir, encorajar ou induzir qualquer Estado não-nuclearmente armado a fabricar, ou por outros meios adquirir armas nucleares ou outros artefatos explosivos nucleares, ou obter controle sobre tais armas ou artefatos explosivos nucleares” (Tratado Sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares, 2011).

O segundo artigo reforça o primeiro, impedindo Estados Não-Nucleares de adquirir ou construir armas nucleares. Impede ainda que tais Estados busquem assistência técnica para tal:

“Cada Estado não-nuclearmente armado, Parte deste Tratado, compromete-se a não receber a transferência, de qualquer fornecedor, de armas nucleares ou outros artefatos explosivos nucleares, ou o controle, direto ou indireto, sobre tais armas ou artefatos explosivos; a não fabricar, ou por outros meios adquirir armas nucleares ou outros artefatos explosivos nucleares, e a não procurar ou receber qualquer assistência para a fabricação de armas nucleares ou outros artefatos explosivos nucleares” (Tratado Sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares, 2011).

E finalmente, o terceiro artigo estabelece que Estados Não-Nucleares deverão aceitar as salvaguardas e inspeções da AIEA e estabelece alguns dos procedimentos para tal:

“Cada Estado não-nuclearmente armado, Parte deste Tratado, compromete-se a aceitar salvaguardas - conforme estabelecidas em um acordo a ser negociado e celebrado com a Agência Internacional de Energia Atômica, de acordo com o Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica e com o sistema de salvaguardas da Agência - com a finalidade exclusiva de verificação do cumprimento das obrigações assumidas sob o presente Tratado, e com vistas a impedir que a energia nuclear destinada a fins pacíficos venha a ser desviada para armas nucleares ou outros artefatos explosivos nucleares. Os métodos de salvaguardas previstos neste Artigo serão aplicados em relação aos materiais fonte ou fisséis especiais, tanto na fase de sua produção, quanto nas de processamento ou utilização, em qualquer instalação nuclear principal ou fora de tais instalações. As salvaguardas previstas neste Artigo serão aplicadas a todos os materiais fonte ou fisséis especiais usados em todas as atividades nucleares pacíficas que tenham lugar no território de tal Estado, sob sua jurisdição, ou aquelas levadas a efeito sob seu controle, em qualquer outro local [...]” (Tratado Sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares, 2011).

Apesar de o atual presidente estadunidense, Barack H. Obama, ter sido condecorado com o Prêmio Nobel da Paz em 2009 em virtude dos “extraordinários esforços para fortalecer a diplomacia internacional e a cooperação entre os povos [...] e por sua visão de um mundo sem armas nucleares” (Nobelprize.org, 2010), pouco foi feito até então em favor de atingir os objetivos do artigo sexto do tratado.

Em maio de 2010, o presidente estadunidense através do Departamento de Defesa divulgou o número de armas nucleares do país, bem como um histórico com a evolução das mesmas. Apesar das 5.113 armas nucleares atualmente (30 de setembro de 2009) mantidas pelos Estados Unidos representarem 84% da quantidade máxima já mantida pelo país, trata-se ainda que uma quantidade muito grande de armas.

Na prática a divulgação do relatório estadunidense e a redução do arsenal nuclear sem um efetivo programa para eliminação completa das armas, apenas reforçam o que alguns anos antes já havia sido constatado e destacado pelo então Ministro de Estado das Relações Exteriores Luiz Felipe Lampreia no discurso por ocasião da Cerimônia de entrega do Instrumento de Adesão ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares:

“Mas limitar a proliferação das armas nucleares não basta. O TNP não terá cumprido seu objetivo, conforme estabelecido no Artigo VI, até que todas as armas nucleares existentes tenham sido eliminadas. Esse é certamente o entendimento do Governo brasileiro e do Congresso ao aprovarem nossa adesão ao Tratado.

Nesse tópico, os Estados nuclearmente armados compartilham uma grande responsabilidade. Embora reconheçamos que avanços foram feitos nas reduções de estoques nucleares pelos EUA e pela Rússia, e também, unilateralmente, por outros Estados nuclearmente armados, esses avanços ainda estão muito aquém do que é necessário para atingir o objetivo do desarmamento nuclear” (Ministério das Relações Exteriores, 2010).

Ou seja, o que efetivamente foi feito até o momento pelos Estados nucleares, não representa significativo avanço no que se refere ao desarmamento. Por outro lado é preciso que fique claro que no texto do artigo sexto do TNP não há nenhuma estipulação de datas ou procedimentos para tal por parte dos Estados nucleares conforme pode ser observado na transcrição abaixo:

“Cada Parte deste Tratado compromete-se a entabular, de boa fé, negociações sobre medidas efetivas para a cessação em data próxima da corrida armamentista nuclear e para o desarmamento nuclear, e sobre um Tratado de desarmamento geral e completo, sob estrito e eficaz controle internacional” (Tratado Sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares, 2011).

Em 12 de junho 1968 a Assembléia Geral adotou a revisão da resolução com 95 votos a favor, 4 contra e 21 abstenções. O tratado foi assinado por 50 países em 1º de julho de 1968, incluindo Estados Unidos, União Soviética e Reino Unido.

Atualmente, com exceção de Israel, Paquistão, Índia e Coréia do Norte - que denunciou o tratado -, todos os demais países são signatários do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, portanto, o tratado com maior adesão até a presente data.

## **CAPÍTULO 2 - O BRASIL E O TNP: DE COSTA E SILVA A FIGUEIREDO**

Durante o intervalo de 30 anos que o Brasil levou para assinar o TNP, o país foi governado por sete presidentes em diferentes regimes políticos e conjunturas internacionais. A literatura disponível, portanto, reflete essa rica gama de acontecimentos.

Nota-se também que a assinatura do tratado está relacionada, dentre outros aspectos, a dois fatos majoritários: a conquista da auto-suficiência atômica brasileira e a solução das desavenças militares com a Argentina. Ambos podem ser, entretanto, desmembrados em diversas outros eventos correlacionados, como por exemplo, a construção da usina de Itaipu, o acordo nuclear com a Alemanha, a guerra das Malvinas, o surgimento do MERCOSUL, dentre outros.

Um terceiro aspecto que precisa ser levado em consideração é a influência estadunidense sobre a adesão brasileira ao TNP, a ser explorado em mais detalhes no terceiro capítulo deste trabalho. Porém a interferência dos Estados Unidos no continente americano influenciou vários aspectos históricos na região e cabe, portanto, um resumo para sustentar parte dos argumentos deste segundo capítulo.

A influência de Washington sobre os latino-americanos é antiga. A doutrina Monroe, por exemplo, do princípio do século XIX e o regionalismo fruto do seu pan-americanismo serviu para sustentar os objetivos expansionistas estadunidenses ao mesmo tempo que funcionou como uma forma de auto-afirmação dos países latino-americanos na sua luta pela independência das metrópoles européias.

Seguindo essa linha, ao final do mesmo século, na I Conferência Internacional Americana, os Estados Unidos lançam a idéia de uma união aduaneira continental como forma de reduzir a presença da economia européia na região (Maior, 2006).

Já no século XX, em 1948, no pós-Segunda Guerra Mundial, cria-se a Organização dos Estados Americanos (OEA) com sede nos Estados Unidos e no mesmo ano entra em vigor o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Vigora neste período na América Latina um realismo periférico.

A OEA e o TIAR, inseridos no contexto da Guerra Fria demonstram a intenção de Washington de manter o continente sob sua esfera de influência. Tal fato foi evidenciado em ao menos duas situações. Na ocasião da expulsão de Cuba da OEA em virtude de seu alinhamento com a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e na ausência de apoio dos Estados Unidos à Argentina na disputa pelas Malvinas 1982, enfraquecendo dessa forma o TIAR. Na ocasião, apenas o Brasil prestou apoio ao país vizinho.

Apesar dos vários acordos e organizações criadas no continente americano, ocorre no Cone Sul uma das mais bem-sucedidas experiências de integração no continente. Uma vez solucionados os desentendimentos militares entre Brasil e Argentina, incluindo a inédita cooperação nuclear, surgem as bases para a integração regional que deu origem ao MERCOSUL na década de 1990. Apesar de todos os problemas pode ser considerada a melhor proposta de integração dentre as existentes no grupo dos países latino-americanos.

Vidigal (2009:19) destaca dois momentos distintos nas relações Brasil-Argentina. O primeiro teria ocorrido de 1946 a 1954 durante as presidências de Eurico Gaspar Dutra e Getúlio Vargas no Brasil, coincidindo com o período de 1946 a 1955, governo de Juan Domingo Perón na Argentina. Neste período o relacionamento entre ambos os países era cordial, porém com predominância de rivalidade.

O segundo momento, também de acordo com o autor, combina a Revolução Libertadora na Argentina à presidência de Juscelino Kubitschek no Brasil. Teria ocorrido, portanto, a partir de 1955 uma aproximação bilateral que resultou na construção de uma coordenação política voltada para organismos continentais e internacionais.

De forma cronológica Vargas (1997) ilustra os eventos sul-americanos ocorridos durante o longo caminho transcorrido desde a solução dos entendimentos relativos a Bacia do Prata até as presidências de Fernando Collor de Mello e Carlos Menem que transferiram respectivamente as atividades nucleares do Brasil e

Argentina para controles civis. Surgiu por essa razão a idéia de ameaça recíproca e a conseqüente busca pela tecnologia nuclear.

Brasil e Argentina vinham de uma rivalidade de várias décadas, proveniente da percepção, por parte de ambos, que o ganho de um significaria perda para a outra parte. Tanto em termos materiais, quanto em prestígio.

O aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná, uma questão estratégica para ambos é solucionado com um acordo assinado em 1979, que resolve as divergências relativas às construções das usinas de Itaipu e de Corpus e ao mesmo tempo abre espaço para o processo de integração regional.

Entre 1964 a 1967 Buenos Aires e Brasília em atuação conjunta tiveram papel fundamental nas negociações do Tratado de Proscrição das Armas Nucleares na América Latina (Tratado de Tlatelolco) e na decisão de não aderir ao TNP por considerá-lo discriminatório.

Seguindo a mesma linha, Morrison (2006) descreve a trajetória nuclear brasileira, porém, nota-se ênfase do autor na desconstrução do caráter pacífico empregado pela diplomacia brasileira ao programa nuclear do país. Menciona, por exemplo, um suposto projeto para desenvolvimento de uma bomba atômica durante o regime militar brasileiro e destaca as restrições impostas pelo Brasil durante as inspeções da AIEA às instalações de enriquecimento de urânio em Resende no Rio de Janeiro.

A cronologia dos fatos segundo o autor tem o seguinte curso: Em 1930 o Brasil inicia sua pesquisa científica relativa a energia nuclear. Em 1940 é assinado um entendimento com os Estados Unidos e três acordos subseqüentes para transferência de tecnologia nuclear. Em 1950, Álvaro Alberto, diretor do Conselho Nacional de Pesquisa, visita a Alemanha com a intenção de adquirir centrífugas experimentais. Em 1965 o Brasil assina com os Estados Unidos um acordo para usina Angra I, construída em 1971. Em 1975 a Nuclebrás assina um acordo com uma empresa da Alemanha ocidental que resulta na transferência de tecnologia nuclear, incluindo um processo de enriquecimento de urânio.

Outro aspecto interessante destacado pelo autor é o Programa Nuclear Paralelo na figura do Programa Autônomo de Tecnologia Nuclear (PATN), que teria sido fundado pelos militares, pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN) e pelo Conselho Nacional de Energia Nuclear (CNEN) com o objetivo de obter a tecnologia de enriquecimento de urânio.

Especificamente sobre a diplomacia do Brasil com os demais países Platinos no governo do Presidente Costa e Silva, Vizontini (2004:106) disserta sobre a visita do presidente brasileiro à Argentina, a constituição da Comissão Executiva Brasil-Argentina de Coordenação (CEBRAC) para tratar da revitalização do comércio bilateral e a visita do chanceler argentino ao Brasil em janeiro de 1968, na qual foi acertada uma posição conjunta em relação a ALALC, o desenvolvimento da Bacia do Prata e posição contra a proliferação de armas nucleares.

Em maio de 1968 houve acordo no que se refere ao tratado de integração dos países da Bacia do Prata e em reunião realizada na Bolívia sobre o tema foi constituído Comitê Internacional de Coordenação (CIC), organismo que se encarregaria de examinar e coordenar seus projetos.

Farjado (2004) aborda o tema do Prata traçando uma cronologia que tem início nas características históricas e políticas de Brasil e Argentina, trata das perspectivas geopolíticas da ameaça que a construção da usina de Itaipu representaria para o empreendimento argentino de Corpus e conclui com a assinatura dos acordos que encerram as desavenças entre ambos os países a respeito deste tema.

“Não era raro que, nos momentos mais críticos das negociações em torno do aproveitamento hidrelétrico da Bacia do Prata, militares de ambos os países, influenciados pelas concepções geopolíticas do final dos anos 1960 e início dos anos 1970, recorressem ao tema nuclear como forma de intimidação” Segundo Vidigal (2007:234).

Portanto, a literatura indica que temas ligados às desavenças entre Brasil e Argentina, como por exemplo o processo de pacificação da região, a integração regional e a solução das diferenças no que tange a tecnologia nuclear, estão claramente relacionados.

É importante a partir deste momento destacar algumas posições e posturas dos presidentes militares brasileiros de forma cronológica objetivando compreender

a relação entre os fatos descritos acima e outros ocorridos no regime militar e sua implicação com o programa nuclear brasileiro.

Como primeiro presidente militar, Castelo Branco, opta pelo alinhamento incondicional à Washington e conseqüentemente pela ruptura da idéia de não-alinhamento da Política Externa Independente (PEI). Rompe as relações diplomáticas com Cuba e leva o Brasil a participar da Força Interamericana de Paz (FIP) na República Dominicana, invadida pelos Estados Unidos em 1965.

“Na América do Sul, o governo castelista, de acordo com a teoria dos ciclos concêntricos e sua hierarquização, adota uma postura subimperialista na qual julgando-se 'aliado preferencial' dos EUA, espera que aquele país, como retribuição da atitude de sustentação da estratégia de defesa hemisférica coletiva e integral, fomente uma reestruturação do sistema interamericano, seguida de uma divisão internacional de trabalho baseada no poder relativo de cada Estado” Farjado (2004:42).

Vizentini (2004:37) destaca a clara subordinação brasileira aos EUA. Além de Castelo Branco ter falado explicitamente em ‘alinhamento automático’, Washington reconheceu imediatamente o novo governo do Brasil, bem como saudou as mudanças ocorridas no país.

Com a chegada de Costa e Silva ao poder, retoma-se o nacional-desenvolvimentismo que é posteriormente seguido por seus sucessores, dando continuidade a busca por alternativas aos Estados Unidos na Europa Ocidental, URSS, países ligados ao bloco socialista e até mesmo Ásia e África.

No campo nuclear cabe mencionar o acordo com a Alemanha e o início da aproximação para colaboração atômica com a Argentina. Cervo (2008b:136) destaca a nacionalização também da segurança, que tem como objetivo menor vulnerabilidade das dependências externas.

De acordo com (Vizentini 2004:117), em 1967 o presidente Costa e Silva, recém eleito, visitou vários países europeus, valorizando a importância de relações do Brasil com a região. Em abril, Costa e Silva recebe no Brasil Herman Goergen, enviado especial do Departamento de Imprensa e Informações alemão, bem como o presidente da sociedade teuto-brasileira. Na ocasião o presidente brasileiro afirmou

que em seu Programa da Prosperidade, um dos objetivos era o incremento das relações culturais e econômicas entre Brasil e Alemanha Ocidental.

Em outubro do ano seguinte, o ministro das relações exteriores da Alemanha Ocidental, Willy Brandt, veio ao Brasil e em conversa com o presidente da república e o chanceler Magalhães Pinto, examinaram algumas divergências entre ambas as nações e manifestaram a intenção de assinatura de um acordo de colaboração no âmbito da ciência e tecnologia, abrangendo o campo nuclear, espacial, aeronáutico, e oceanográfico.

A partir deste momento é possível identificar na postura brasileira uma busca pela auto-suficiência nuclear, portanto, negando-se a assinar o TNP e ao mesmo tempo dando demonstrações de que não pretendia desenvolver armas nucleares com fins não pacíficos.

O desenvolvimento da tecnologia atômica com o auxílio da Alemanha e a assinatura de diversos tratados regionais evidenciam essa ambigüidade, especialmente à visão da comunidade internacional.

Ainda em 1967 o Brasil assina o tratado Tlatelolco e no mesmo ano, durante a XXII Assembléia Geral da ONU afirma que o interesse do país no campo nuclear é o de liberdade de pesquisa com fins pacíficos. Posteriormente, durante a Conferência sobre Desarmamento de 1968, realizada em Genebra, denuncia o caráter discriminatório do TNP.

Vizentini (2004:117), ilustra a postura similar de Indira Ghandhi, que no mesmo ano em visita ao Brasil reafirma em conjunto com Brasília o principio de não intervenção a assuntos internos dos Estados, a condenação a todas as formas de colonialismo e o apoio a Carta da ONU.

Porém, referindo-se ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares a primeira ministra afirma que o mesmo é de inspiração soviético-americana e que o desenvolvimento da tecnologia nuclear para fins pacíficos não deveria ser inibido. Conclui dizendo que confiava na continuidade de cooperação entre ambos, uma vez que a posição brasileira era semelhante a de seu país.

Durante visita ao Brasil ocorrida em janeiro de 1968, o chanceler argentino em conjunto com Magalhães Pinto posicionam-se contra a proliferação nuclear, porém a favor do direito de pesquisa para fins pacífico.

Na II UNCTAD, em fevereiro do mesmo ano fica claro o desentendimento entre Brasil e Estados Unidos no que se refere ao TNP. O mesmo ocorre na Conferência sobre Desarmamento, também em fevereiro, em Genebra, na qual o Brasil denuncia o caráter discriminatório do projeto americano-soviético.

Cabe aqui uma observação importante relativa a data dos acontecimentos descritos nos dois parágrafos acima. Conforme ilustrado no capítulo anterior, o texto do TNP foi votado na ONU em primeiro de julho de 1968, portanto, apenas alguns mês separam estes eventos da votação do tratado.

O chanceler brasileiro continua sua cruzada contra o TNP e perante a Assembléia Geral da ONU afirma que o TNP está muito longe de satisfazer os desejos e direitos dos países não nucleares. Porém em julho o TNP é votado e aprovado pela ONU (Vizentini,2004:106-116).

Ao assumir a presidência, Ernesto Geisel mantém a linha de seu antecessor, consolidando o programa atômico brasileiro já implementado. Dentre as principais ações, destacam-se a troca de notas do acordo nuclear com a Alemanha e denúncia do tratado militar com os Estados Unidos. Porém suas contribuições no campo nuclear são inúmeras.

“O setor energético brasileiro já havia adquirido da Westinghouse e iniciado a construção da Usina Nuclear de Angra I, com a potência de 620 MW. Havia aprovado também, em 1972, o sitio da praia de Itaorna, no município de Angra dos Reis, RJ, para localização daquela usina e mais duas outras unidades” (Falcão,1995: 198).

Ainda segundo Falcão (1995:199), em 1974 foi aprovado pela Eletrobrás, o Plano 90, que previa a construção de mais 9 usinas nucleares no Sudeste do Brasil até o ano de 1990, região esta que consumia 75% da energia do país à época.

Cabe lembrar que antes de assumir a presidência da república, Geisel atuou na legislatura de Costa e Silva como presidente da Petrobras, no intervalo que corresponde ao período de novembro de 1969 a julho de 1973.

Apesar de não ter enfrentado a crise do petróleo propriamente dita, que teve início alguns meses depois de sua saída da estatal, as conseqüências do embargo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) - que certamente afetaram o país durante seu mandato como presidente da república -, foram também relevantes na sua tomada de decisões.

Frieden (2008:388-389) analisa os impactos econômicos causados pela dependência de petróleo depois da criação da OPEP em 1960 pelos maiores produtores no Oriente Médio: Irã, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita e Venezuela. Além de recrutar novos países, a organização, obteve outras conquistas importantes na década seguinte.

Em 1973, durante a guerra entre Israel e seus vizinhos árabes, a organização interrompeu as negociações com as empresas petrolíferas e dobrou o preço do barril de petróleo, que passou a custar US\$5. Dois meses depois, o preço foi reajustado novamente, dessa vez chegando a US\$12.

Apesar das graves conseqüências inflacionárias nos países importadores, essa movimentação de elevação do preço podia ocorrer devido a alguns motivos: eram poucos os substitutos para o petróleo e ao mesmo tempo poucos países produtores dentro da OPEP possuíam metade das reservas mundiais e controlavam 25% da produção.

No que se refere aos importadores, ficaram indefesos com as medidas de aumento de preços tomadas pela OPEP. O petróleo supria de 50% a 75% da energia do mundo industrial e os países industrializados dependiam fortemente de sua importação.

Apesar de não ter enfrentado esta crise energética à frente da estatal brasileira, sua experiência ao conduzir a empresa certamente lhe foi muito válida quando assumiu a presidência da república tendo como um de seus desafios administrar a crise econômica gerada pelo aumento dos preços do petróleo.

Uma das respostas dadas à crise pelo presidente, foi o Programa Nacional do Alcool (Proálcool) estabelecido em 1975 pelo Decreto nº 76.593, de 14.11.1975, objetivando reduzir a dependência brasileira do petróleo importado.

Geisel também não chegou a enfrentar a crise de 1979 a 1980 decorrente da guerra entre Irã e Iraque, porém, assim como na iniciativa do Proálcool, os investimentos de seu governo em energia nuclear estavam diretamente ligados à percepção da excessiva dependência de petróleo por parte países importados deste insumo.

Segundo Falcão (1995: 200-205), o presidente também tinha consciência da excessiva dependência brasileira em relação aos Estados Unidos no tocante a energia nuclear. Argumentava que o país não poderia sair da dependência do petróleo para cair na dependência do combustível nuclear. Sabia também que pela extensão territorial, o Brasil prometia conter grandes reservas de urânio e adotou uma série de medidas que visavam tornar o país auto-suficiente nesta forma de produção de energia.

Portanto, solicitou que fossem feitas gestões junto as empresas norte-americanas para que fosse possível a transferência de tecnologia. A iniciativa surtiu o efeito desejado, porém Washington proibiu a transferência de tecnologia nuclear com receio de que isto levasse a fabricação de artefatos nucleares conforme já descrito no capítulo anterior deste trabalho.

Buscou-se então alternativas junto a Inglaterra, França e Alemanha Ocidental. Este último país, que já havia adaptado a tecnologia estadunidense era também responsável pela fabricação da usina Angra I.

A tecnologia inglesa tinha indicativos de já estar defasada e isso foi comprovado quando os britânicos passaram a adotar a tecnologia norte-americana. Os franceses, por sua vez, naquele momento, ainda utilizavam tecnologia licenciada dos Estados Unidos.

Portanto, os alemães ocidentais eram a melhor opção e nela foi feito o investimento diplomático. Em setembro de 1974 com as negociações já bastante avançadas, os dois países assinaram um protocolo de cooperação industrial.

Em 16 de dezembro de 1974 foi criada a Empresas Nucleares Brasileiras S.A. (NUCLEBRAS), destinada a implementar o ciclo nuclear e fabricar as usinas. Em 27

de junho de 1975 o acordo com a Alemanha foi concluído e aprovado pelo Congresso Nacional.

O acordo provocou fortes reações contrárias nos Estados Unidos, que em conjunto com a União Soviética, argumentavam que de posse da tecnologia alemã, o Brasil teria a capacidade de produzir a bomba atômica uma vez que o país não era signatário do TNP. A resposta brasileira levava em conta o tratado Tlatelolco e o acordo de salvaguardas assinado entre Brasil, Alemanha e AIEA.

Em julho de 1977 “[...] o vice-presidente da Iugoslávia, Lazzar Kolisevski, visitou o Brasil, emitindo declaração final, segundo a qual a Iugoslávia manifestava seu apoio à tese brasileira de que todos os países devem ter livre acesso à energia nuclear para fins pacíficos. Declarou seu apoio ao Acordo Nuclear, a nota ressaltou que Geisel e Kolisevski ‘manifestaram concordância com que o acesso à tecnologia nuclear para fins pacíficos deve ser franqueado aos países que desejam utilizá-la na promoção do seu desenvolvimento’” (Vizentini, 2008: 240).

Geisel, portanto, manteve a linha de atuação de seu antecessor e ao mesmo tempo consolidando o programa nuclear brasileiro. Seu sucessor da continuidade a seus trabalhos ao mesmo tempo que intensifica as relações com os países sul-americanos. A concatenação de políticas levará ao importante e inédito acordo de cooperação nuclear com a Argentina, a ser discutido no próximo capítulo.

João Batista de Oliveira Figueiredo, o último presidente militar brasileiro, da início a aproximação do Brasil com países da América do Sul, criando assim as bases para o MERCOSUL e assina com a Argentina o Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear.

De acordo com Vizentini (2004:341), em visita ao Paraguai em abril de 1980, o presidente firmou diversos acordos, dentre os quais: Tratado de Interconexão Ferroviária, concessão de crédito de US\$11,2 milhões para a construção da codovia Yby-Yaú-Pedro Juan Caballero, estudo de engenharia da ferrovia que iria conectar-se ao Brasil, Interconecção e Abastecimento de Energia Elétrica entre a Copel e a Administracion Nacional de Eletricidad, contrato de fornecimento de energia elétrica entre a Empresa de Energia Elétrica do Mato Grosso do Sul (Enersul) e a Ande e finalmente definiu-se as normas para a demarcação de fronteiras entre os dois países.

Ainda segundo o autor, em maio de 1980, o presidente realizou visita à Argentina, algo que não ocorria desde 1935. Neste mesmo mês, Brasil e Argentina assinam o já mencionado Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear (Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares, 2010). Em 1980 o presidente argentino e o ministro das Relações Exteriores do uruguaio visitaram o Brasil e Figueiredo viaja ao Chile.

O autor menciona ainda a visita do presidente da Colômbia e os diversos tratados lá assinados:

“Acordo de Cooperação sobre Usos Pacíficos da Energia Nuclear - cooperação abrangendo prospeção, extração e processamento de minério de urânio, bem como produtos dos seus compostos, projeto, construção e operação de reatores e outras instalações nucleares, bem como de seus componentes, ciclo de combustível nuclear, pesquisa básica e aplicada ligada aos usos pacíficos da energia nuclear, proteção radiológica e proteção física do material nuclear, licenciamento de instalações nucleares, produção e aplicação de isótopos, informações nucleares e direito nuclear; as partes manteriam consultas sobre aplicação de salvaguardas da AIEA [...]” (Vizentini, 2004:310).

É também o primeiro presidente brasileiro a comparecer na ONU. Em seu discurso, fala sobre o problema da dívida externa dos países em desenvolvimento e sugere a reformulação de mecanismos como a Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. A dívida externa dos países latino-americanos será um fator importante no governo do presidente José Sarney como veremos no próximo capítulo.

Cabe destacar que durante seu governo o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que entrou em vigor em 1948, foi colocado à prova. De forma similar ao que determina o artigo quinto do tratado da OTAN, o TIAR estabelece em seu artigo terceiro que:

“As Altas Partes Contratantes concordam em que um ataque armado, por parte de qualquer Estado, contra um Estado Americano, será considerado como um ataque contra todos os Estados Americanos, e, em consequência, cada uma das ditas Partes Contratantes, se compromete a ajudar a fazer frente ao ataque, no exercício do direito imaneente de legítima defesa individual ou coletiva que é reconhecido pelo Artigo 51 da Carta das Nações Unidas” (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, 2011).

Segundo Pagliai (2006:29), em virtude do não apoio de Washington à Argentina no caso das Malvinas, o tratado perde seu sentido. Ressalta ainda que além dos Estados Unidos, nenhum outro país da América com exceção do Brasil apoiou Buenos Aires.

Vai além, afirmando que desde seu surgimento, o tratado representava muito mais um instrumento de defesa do avanço do comunismo no continente que uma forma de dissuadir agressões externas.

“A visita do Presidente Ronald Reagan ao Brasil, entre 30 de novembro e 2 de dezembro de 1982, pode ser considerada um marco das relações interamericanas, situada no contexto do reordenamento da segurança regional, exigido pela Guerra das Malvinas, e do novo diálogo estabelecido por Reagan com os países da região, no ano anterior. No primeiro ano da Administração Reagan, o Vice-Presidente George Bush visitou o Brasil (de 14 a 16 de outubro), tendo por objetivo explícito o estabelecimento de uma “parceria equitativa com o Brasil”. Reconhecia o representante norte-americano que o Brasil era uma potência emergente e que seus interesses atingiam uma escala global. (Vidigal,2007:238)”

No que se refere aos demais mecanismos institucionais de segurança coletiva do continente anteriores ao TIAR, a autora traça uma evolução histórica tomando como ponto de partida a Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz em 1936, na qual foi aprovada a Declaração de Princípios de Solidariedade e Cooperação Interamericana, a criação da Junta Interamericana de Defesa em 1942, com a finalidade de planejar a defesa do continente contra agressões extra-hemisféricas e a Ata de Chapultepec assinada em 1945, com a declaração de Assistência Recíproca e Solidariedade Americana, afirmando dessa forma a solidariedade do hemisfério.

Apesar dos diversos tratados, durante o regime militar, o Brasil manteve a linha nacionalista na defesa, segurança interna e manutenção da paz através de suas próprias instituições democráticas. Lessa (1995:33), destaca que o nacional-desenvolvimentismo de Geisel não representou uma ruptura do relacionamento e objetivava em realidade reduzir a excessiva dependência político-econômica dos Estados Unidos, tendo sido inclusive uma política de todo o regime militar brasileiro pós-Castelo Branco.

Outro aspecto estratégico da diversificação durante este período dizia respeito a não transferência de tecnologia no caso dos investimentos realizados no Brasil pelos estadunidenses. O maior desentendimento entre as duas nações nesse aspecto teria se dado no caso da energia nuclear, fazendo com que o Brasil buscasse uma potência atômica alternativa disposta a transferir a tecnologia do ciclo completo de enriquecimento do urânio.

Portanto, no que se refere a energia nuclear, o regime militar pós-Castelo Branco caracteriza-se pelo não alinhamento com os Estados Unidos, início da aproximação com intuito de cooperação com os países sul-americanos, oposição ao congelamento do *status-quo* nuclear imposto pelo TNP e busca da auto-suficiência atômica.

### **CAPÍTULO 3 - O BRASIL E O TNP: DE JOSÉ SARNEY A FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

Dando continuidade aos gestos de aproximação iniciados pelo presidente Figueiredo, o presidente José Sarney e posteriormente Fernando Collor de Mello intensificam, durante suas legislaturas, a cooperação sul-americana. Destaca-se a definitiva solução de controvérsias com a Argentina, incluindo a questão nuclear como registra em seu sítio a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares.

“O período mais intenso de negociações entre os dois países no setor nuclear ocorreu entre 1985 e 1991 quando foram emitidos vários documentos da maior importância para as relações entre o Brasil e a Argentina no setor nuclear” (Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares, 2010).

Ao referir-se a segurança nacional nos anos 1990, Cervo (2008b:136-141) ilustra que o Brasil desqualificou a força em favor da persuasão e reafirmou-se como pacifista assinando pactos internacionais de desarmamento.

Afirma ainda que as medidas de confiança mútua estabelecidas com a Argentina na década de 1980 e princípios de 1990 como o acordo de cooperação nuclear de 1980, grupo de trabalho conjunto de 1985, o processo de integração da Ata de 1986 e o tratado de Assunção que criou o MERCOSUL em 1991, tornaram-se variáveis essenciais para a política e segurança brasileira.

O processo de democratização iniciado na Argentina em 1983 e no Brasil em 1985 é também fator importante no que diz respeito a aproximação das duas nações. Segundo Vargas (2010:48) o tema nuclear servia não só para a aproximação entre ambos, como também para sinalizar para os demais países latino-americanos que a relação entre as duas nações havia iniciado uma nova fase.

Ainda segundo o autor, a Declaração Conjunta sobre Energia Nuclear assinada pelos presidentes Sarney e Alfonsín em novembro de 1985 deu início a retomada da cooperação bilateral e destacava três pontos: importância da tecnologia nuclear para o desenvolvimento de ambos; a dificuldade que enfrentavam no que se

refere ao suprimento de materiais nucleares; e a reafirmação de objetivos exclusivamente pacíficos.

“Na Declaração do Iguazu, os presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín expressaram sua convicção de que a ciência e a tecnologia nucleares desempenhavam um papel de fundamental importância no desenvolvimento econômico e social. [...] Em 1987, ocorreu a visita do presidente José Sarney às instalações onde a Argentina desenvolvia pesquisas sobre o enriquecimento de urânio em Pilcaniyeu. Naquela oportunidade, foi emitida a Declaração de Viedma onde foi assinalada a possibilidade de cooperação técnica por via da integração das indústrias nucleares dos dois países.

O processo de aproximação teve continuidade em 1988, quando ocorreu a visita do presidente Raúl Alfonsín ao Centro Experimental de Aramar onde são desenvolvidas várias atividades nucleares brasileiras. Na ocasião, foi assinada pelos presidentes do Brasil (José Sarney) e da Argentina a Declaração de Iperó na qual foi decidido aperfeiçoar os mecanismos de cooperação política e técnica existentes. O ponto mais importante da Declaração de Iperó, no entanto, foi a transformação do grupo de trabalho criado anteriormente no Comitê Permanente sobre Política Nuclear” (Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares, 2010.)

A título de criar um paralelo entre o programa nuclear de ambas as nações faz-se necessário, entretanto, retroceder alguns anos no histórico argentino objetivando compará-lo à evolução ocorrida no cenário atômico do Brasil ilustrado no capítulo dois deste trabalho.

Ambas as nações iniciaram suas pesquisas na década de 50, inspiradas pelo programa ‘Átomos para a Páz’, porém, conforme destaca Teixeira (2007:60), enquanto o projeto brasileiro visava o desenvolvimento econômico, a Argentina estava interessada na utilização da tecnologia nuclear para fins de defesa nacional.

A autora divide o progresso argentino em cinco fases. Tem início em 1955 a primeira delas, cujo ápice ocorreu em 1958 com o funcionamento do primeiro reator experimental.

No segundo momento, que abrange o período de 1958 a 1967, o programa é marcado pelo reator de irradiação e experimentação de potência de 5 MW e pelas primeiras plantas de concentração de urânio.

Posteriormente, na terceira fase do programa argentino, que vai de 1967 a 1976, observa-se o estabelecimento dos primeiros centros de produção de energia elétrica da América Latina. Importante aqui traçar um paralelo com o capítulo

anterior, pois neste mesmo período Brasil e Alemanha trabalhavam em seu acordo nuclear que culminou em março de 1978 com a visita à Brasília do ministro das Relações Exteriores alemão para troca de notas que colocava o Acordo Nuclear em vigor.

O ápice do programa ocorreu entre 1976 e 1983, com o início do Plano Nuclear Argentino preparado pela *Comisión Nacional de Energía Atómica* (CNEA), realização do processo de enriquecimento de urânio por difusão gasosa e construção da terceira central nuclear para produção de energia elétrica, a Atucha II. Cabe aqui nova comparação com o progresso do Brasil, que neste período mantinha em andamento o Programa Nuclear Paralelo, também já ilustrado no capítulo anterior.

Na última fase do programa argentino, que compreende o período de 1983 a 1989, observa-se a redução de recursos e a aproximação com o Brasil. Os contínuos entendimentos entre os dois países só foram interrompidos por ocasião da pretensão brasileira de participar do Conselho de Segurança das Nações Unidas como membro permanente e pela insistência da Argentina de fazer parte da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Este momentâneo desentendimento entre ambos é retratado por Arraes (2005), que demonstra a relação entre a ratificação do TNP pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e a busca do Brasil pela vaga de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, bem como suas implicações regionais.

Sobre a reforma do Conselho, os Estados Unidos sugerem a participação de um país da América Latina, não explicitando sua preferência. A Rússia segue a mesma linha de Washington e vai além, afirma que a definição do representante é uma questão a ser resolvida pelos latino-americanos.

O pleito argentino de ingresso na OTAN teria sido, portanto, um contra-peso ao desejo brasileiro pelo assento permanente. Se o Brasil aceitasse a proposta alternativa de rotatividade do Conselho de Segurança, a Argentina abriria mão de buscar seu ingresso na OTAN.

Teixeira (2007:67), descreve o período de 1986 a 1990 como sendo o momento de busca pela geração de economia de escala entre Brasil e Argentina e

redução das diferenças que os separavam dos países centrais. Em 1986, os presidentes Alfonsín e Sarney assinaram a Ata para a Integração brasileiro-argentina e em dezembro foi firmado o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE).

Nos governos Fernando Collor (1990 a 1992) e Carlos Menem (1989 a 1999), prossegue o processo de integração. Segundo Teixeira (2007: 69), a prioridade de ambos presidentes foram as reformas econômicas que permitissem o incremento do comércio e a redução da influência militar nos centros decisórios.

No que se refere a questão nuclear consolidam-se vários projetos bilaterais, cujas primeiras iniciativas foram de autoria do então presidente Figueiredo.

“Estas circunstâncias concorreram para a adoção, em nível presidencial, da Declaração sobre Política Nuclear Comum Brasileiro-Argentina, assinada em novembro de 1990, em Foz do Iguaçu. Por ela, seria estabelecido o Sistema Comum de Contabilidade e Controle (SCCC) de aplicação a todas as atividades nucleares dos dois países. Eram igualmente previstas negociações com a AIEA para um acordo conjunto de salvaguardas baseado no SCCC. Os termos da Declaração resultaram do reconhecimento de que, sem providências concretas e permanentes para assegurar transparência nos programas nucleares dos dois países, se incrementariam as restrições internacionais para acesso à tecnologia sensível” (Vargas, 2010:53).

Em junho de 1991, ainda durante o governo do presidente Collor, Brasil e a Argentina assinam acordo para o Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear, tendo também sido criada a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC). E finalmente, em dezembro do mesmo ano é assinado o Acordo Quadripartite entre Brasil, Argentina, AIEA e ABACC que consolida o sistema de aplicação de salvaguardas atualmente em vigor nos dois países. (Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares 2010).

Em virtude do processo de *impeachment* de Fernando Collor, o vice presidente Itamar Franco assume seu cargo, atuando desde o início como um governante de transição. Porém, destaca-se em seu mandato a figura de Fernando Henrique Cardoso, que foi Ministro das Relações Exteriores entre 1992 e 1993 e posteriormente Ministro da Fazenda até março de 1994, quando deixa o cargo para concorrer a presidência da república.

Enquanto ministro da Fazenda de Itamar, Cardoso lança o Plano Real com o objetivo de controlar a inflação, problema até então não definitivamente solucionado mesmo após as medidas tomadas pela equipe econômica do presidente Collor no princípio de seu mandato.

Segundo Pio (2001:30-45) quando Fernando Henrique Cardoso foi indicado como Ministro da Fazenda, o grupo de economistas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), cujos membros já haviam participado das administrações dos presidentes Sarney e Collor, retorna ao governo. Sob influência da educação em universidades estadunidenses, dentre as quais, o Massachusetts Institute of Technology (MIT), Harvard e Yale, realizaram durante este período de governo sua mais importante contribuição ao processo de estabilização econômica no Brasil.

O plano formulado pela equipe da PUC-RJ baseava-se no processo de desindexação da economia, que por sua vez foi realizado através de uma total indexação. Uma nova unidade de valor denominada Unidade Real de Valor (URV) passaria a ser o índice de indexação da economia e seria utilizada em novos contratos.

A adesão de contratos a este novo índice, que fazia papel de uma moeda virtual, foi estimulado e uma vez que toda economia estivesse indexada, a unidade de valor se tornaria a própria moeda. Esse processo, entretanto, estava alicerçado em várias outras medidas que o autor divide em um total de quatro etapas.

Em primeiro lugar, trabalhou-se num conjunto de medidas intituladas de Programa de Ação Imediata (PAI), que visava o equilíbrio do déficit orçamentário. A segunda etapa estava baseada num conjunto de medidas que objetivava equilibrar o orçamento federal.

A terceira fase, nunca inteiramente implementada, tinha como finalidade aumentar a eficiência da economia com reformas constitucionais ligadas a previdência, administração pública, privatizações, quebra de monopólios estatais, reforma tributária, dentre outras.

E finalmente, a quarta etapa do processo foi a desindexação, já descrita parágrafos acima, quebrando dessa forma o caráter inercial da inflação brasileira.

Ao assumir a presidência da república em janeiro de 1995, Fernando Henrique Cardoso da continuidade ao processo de estabilização da economia, mais notadamente ao que se refere a terceira etapa do processo acima descrito. Tem início a privatização de empresas e a quebra de monopólios estatais. Portanto, há neste momento necessidade de capital externo capaz de absorver as antigas estatais e auxiliar no processo de modernização da economia brasileira.

Na Argentina, durante este mesmo ano, chega ao fim em julho o mandato do presidente Carlos Saúl Menem Akil, porém cabe destacar que em fevereiro o país já havia depositado o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP).

Segundo Cervo (2002:11), tanto no governo de Collor quando de Cardoso, o neoliberalismo inspirou as políticas públicas internas e externas. Ambos transferiram para o mercado o papel de coordenação econômica que era anteriormente do Estado.

No que se refere ao Itamaraty, Cervo (2002:6), destaca que na primeira metade da década de 90, prevaleceu o pensamento de Fernando Henrique Cardoso, ministro das Relações Exteriores entre outubro de 1992 e maio de 1993 e posteriormente Lampreia manteria sua linha de atuação pelos próximos seis anos.

Portanto, em termos de política externa, o novo presidente do Brasil, ao mesmo tempo que busca formas de atingir objetivos internos de estabilização econômica através de medidas estruturais e monetárias, encontra-se inserido em um novo cenário internacional que Lampreia descreve da seguinte forma:

- “a) já a partir do início da década, fim da divisão do mundo em esferas ideológicas opostas, do conflito Leste-Oeste; fim, também, como conceito para ação, do denominado conflito Norte-Sul;
- b) crescente convergência no campo dos valores e das práticas políticas - democracia, direitos humanos, posição social da mulher, direitos da criança e das minorias, meio ambiente; manutenção - e até aprofundamento, em certos casos - de especificidades nacionais, étnicas, culturais;
- c) convergência, igualmente, na área econômica - vitória da idéia da livre iniciativa, imperatividade da disciplina fiscal e monetária, liberalização do comércio de mercadorias, serviços e dos fluxos financeiros, além de avanços fundamentais como a União Econômica e Monetária na Europa;
- d) forte acentuação da tendência à organização por regiões do espaço econômico internacional, que se manifesta de diversas formas em todos os continentes: MERCOSUL, NAFTA, ALCA, APEC, etc.;

- e) permanência e até agravamento das disparidades de nível de vida, entre os países e dentro dos países, mesmo nos mais ricos, embora, de modo geral, os indicadores sociais indiquem algum progresso em todas as áreas do globo;
- f) tensão entre a convergência no plano dos valores - e das expectativas de consumo e bem-estar, acentuadas pelos meios de comunicação - e a realidade de desigualdade e da falta de perspectivas de boa parte da humanidade;
- g) presença de uma única superpotência econômico-militar, que compartilha a cena da política mundial com potências militares e econômicas de categorias distintas;
- h) descolamento - na formulação de Celso Lafer - entre o poder, seja ele militar ou econômico, e a capacidade de manter a ordem, seja, mais uma vez, no plano da segurança (terrorismo, proliferação), seja na dimensão econômica (crises financeiras, violações das normas internacionais de comércio);
- i) necessidade, portanto, de atualização de instâncias como o Conselho de Segurança das Nações Unidas e o G-8, na esfera política, além dos organismos econômicos internacionais;
- j) necessidade, também, de reavaliação do próprio conceito de poder, diante da perda de utilidade relativa do poder militar (hard power), e da importância acrescida do poder econômico, cultural e simbólico (soft power), e do chamado poder estrutural, ou seja, a capacidade de influir na definição dos regimes e instituições que compõem a estrutura das relações internacionais;
- l) maior permeabilidade das fronteiras nacionais, maior influência do meio internacional, das regras, tratados, regimes multilaterais e regionais no cotidiano dos países e das pessoas; maior restrição da autonomia decisória das autoridades nacionais; estreita-se a margem para ação puramente nacional diante de fenômenos de caráter transnacional - comércio, meio ambiente, crime organizado - crescentemente objeto de acordos internacionais;
- m) maior volume, velocidade e variedade de informação - em um mundo que se assiste diariamente pela televisão, pela Internet - reforça o sentido de que 'estamos todos no mesmo barco' e, ao mesmo tempo, de que nesse 'barco' existem enormes diferenças em termos do que os seus 'passageiros' podem fazer para aproveitar a viagem e, também, para influir no rumo seguido; essas diferenças geram tensões que podem eclodir, seja em crises financeiras, seja em conflitos localizados;
- n) multiplicidade crescente de atores (ONGs, empresas transnacionais, meios de comunicação, mercado financeiro) que interagem com os governos e têm papel cada vez mais importante nas relações internacionais; a representação das ONGs nos organismos internacionais é uma questão fundamental da cena multilateral contemporânea” Lampreia (1998:5-6).

Por sua vez, Cervo (2002:6), identifica três fatores que a partir de 1989 influenciaram o reordenamento das relações internacionais. Seriam eles a ideologia neoliberal, a supremacia do mercado e a superioridade militar dos Estado Unidos.

Destaca ainda que essa nova tendência histórica se depara com a formação de blocos econômicos e com a assimetria entre o centro e a periferia do capitalismo.

A busca pela auto-suficiência nuclear durante a era do Regime Militar brasileiro estava inserida no contexto da crise do petróleo e divergências com a Argentina. Por outro lado, o processo que levou à adesão ao TNP precisa ser visualizado sob uma nova ótica cujos principais aspectos são os entendimentos com a Argentina a partir do governo Sarney e as posteriores reformas na política econômica que tornaram o país mais conectado ao capitalismo global.

Durante o transcorrer dos anos, a decisão de não adesão ao TNP gerou especulações a respeito do programa nuclear brasileiro. Apesar dos diversos tratados assinados pelo Brasil e a constituição de 1988 restringindo o uso da energia nuclear para fins pacíficos, o período de não adesão fez com que a política nuclear do país fosse em algumas ocasiões comparada através de menções de chanceleres e artigos de acadêmicos não brasileiros com outros países cujos objetivos nucleares eram claramente não-pacíficos.

Gall (1973), em artigo para a *Foreign Policy*, por exemplo, caracteriza o acordo nuclear entre Brasil e Alemanha como único em vários aspectos. Pela independência diplomática de dois Estados do pós-Guerra aliados dos Estados Unidos, pela transferência de tecnologia envolvida no acordo que em tese daria ao Brasil capacidade técnica para desenvolver uma bomba e finalmente pela possibilidade intrínseca de disseminação de tecnologia nuclear, controlada naquele momento pelos Estados Unidos através da exportação de urânio enriquecido.

Por outro lado o autor também destaca as divergências entre os dois maiores países sul-americanos. Segundo ele, Itaipu construída em conjunto com o Paraguai e os acordos de gás natural com a Bolívia teriam sido negociados e firmados mesmo havendo oposição da ‘rival’ Argentina.

Outro aspecto catalisador da competição atômica teria sido a explosão de uma bomba indiana, que teria despertado a atenção de Buenos Aires para a capacidade de um país subdesenvolvido atingir o ciclo nuclear completo. Dominar a tecnologia

seria um objetivo importante, uma vez que o crescimento demográfico do Brasil nos 30 anos seguintes colocaria o país em posição de vantagem em relação a Argentina.

Porém, uma das mudanças ocorridas no período pós-regimes militares tanto no Brasil, quanto na Argentina, foi a transferência da defesa nacional dos militares para os civis. De acordo com Cervo (2008b:144-148), os governos civis brasileiros pós-regime militar deram início a uma reorganização da defesa nacional, que culmina com o documento de Política de Defesa Nacional, publicado em 1996 no governo de Cardoso. Estabelece-se neste documento, uma política de defesa dissuasória, defensiva e descartando a guerra de conquista. Sendo uma de suas conseqüências, a criação do Ministério da Defesa em 1998.

No que se refere ao quadro internacional, cabe destacar o item 2.10 do documento que trata justamente da relação do Brasil com seus vizinhos:

“O fortalecimento do processo de integração proporcionado pelo Mercosul, o estreitamento de relações com os vizinhos amazônicos - desenvolvido no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica -, a intensificação da cooperação com os países africanos de língua portuguesa e a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul - resultado de uma ação diplomática positiva e concreta - conformam um verdadeiro anel de paz em torno do País, viabilizando a concentração de esforços com vistas à consecução de projeto nacional de desenvolvimento e de combate às desigualdades sociais” (Política de Defesa Nacional, 2011).

Em seu item 5, que lista as diretrizes da política, alguns sub-itens apontam para um claro objetivo de atuação pacífica no cenário internacional, fortalecimento da presença do país em organismos multilaterais, bem como o foco histórico brasileiro no desarmamento:

- a. contribuir ativamente para a construção de uma ordem internacional, baseada no estado de direito, que propicie a paz universal e regional e o desenvolvimento sustentável da humanidade;
- b. participar crescentemente dos processos internacionais relevantes de tomada de decisão;
- d. promover a posição brasileira favorável ao desarmamento global, condicionado ao desmantelamento dos arsenais nucleares e de outras armas de destruição em massa, em processo acordado multilateralmente;
- e. participar de operações internacionais de manutenção da paz, de acordo com os interesses nacionais” (Política de Defesa Nacional, 2011).

Neste momento o Brasil já havia conquistado a auto-suficiência atômica, resolvido as desavenças com todos os países sul-americanos e aderido a toda sorte de

tratados ligados a não-proliferação nuclear. Portanto, na prática o país já seguia as diretrizes do TNP.

Em paralelo, o Itamaraty acreditava que a adesão ao TNP proporcionaria maior credibilidade e possibilidade de participação em fóruns internacionais. Lampreia (1998:13) demonstra essa relação comparando fatos transcorridos depois da adesão ao tratado. Segundo o autor, em paralelo aos testes nucleares realizados por Índia e Paquistão, o Brasil ganhava mais respeito da comunidade internacional, traduzido na figura do convite do G-8 para que o país participe de esforços no auxílio para se chegar a uma solução para as tensões no sul da Ásia.

Os jornais da época retratam essa nova realidade e os conflitos com alguns setores da sociedade gerados em função do objetivo de adesão ao tratado. Em matéria publicada na Folha de São Paulo em 21 de junho de 1997, destaco alguns pontos relacionados a este trabalho.

Segundo o artigo, um dos objetivos da adesão ao TNP seria credenciar o Brasil para uma vaga no Conselho de Segurança da ONU. Citando o ministro Lambreia, o jornal prossegue expondo as razões que levaram o Brasil a não assinar o tratado até então e porque o faria neste momento.

Até aquele momento o país considerava o tratado discriminatório e esse pensamento não teria mudado. O motivo da assinatura estaria embaçado em outros aspectos: o desarmamento iniciado pelas grandes potências no pós-Guerra Fria, os demais acordos nucleares assinados por Brasília até então, o TNP assinado por 185 países teria ganho representatividade e finalmente a ausência de riscos de conflito com países latinos.

Por outro lado, ainda segundo a matéria da Folha, o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Luiz Pinguelli Rosa afirma que o Brasil se colocou em condição humilhante e subserviente ao aceitar assinar o tratado sem contrapartidas das potências nucleares.

Outro texto publicado no mesmo jornal também no dia 21 de junho de 1997 destaca que a assinatura do tratado significa uma vitória do Itamaraty sobre um 'bolsão militar-nacionalista'. Os primeiros passos em direção a assinatura teriam sido

dados ainda enquanto Fernando Henrique era ministro de Itamar Franco no Itamaraty. Outro aspecto ilustrado no artigo de Raymundo Costa seria o fato de o Brasil passar a ser tratado como nação favorecida de acordo com a legislação norte-americana. Não ser signatário significava, em outras palavras, estar sujeito a uma lista negra e ter seus produtos sobretaxados.

Portanto, após anos de postura contra o TNP, o Brasil muda de posição. Em discurso de junho de 1997, por ocasião da assinatura da mensagem que envia o Tratado sobre Não-Proliferação de armas nucleares ao exame do congresso nacional, o presidente Fernando Henrique Cardoso, destaca os pontos que levaram o Brasil a finalmente aderir ao tratado.

Inicia reafirmando o compromisso com o desarmamento já consagrado na constituição de 1988, o bom entendimento mantido com os vizinhos latino-americanos, a assinatura do tratado de Tlatelolco e acordo com a AIEA.

Posteriormente argumenta que o compromisso pacífico com a energia nuclear projeta a imagem do Brasil e facilita o desenvolvimento científico e tecnológico. A seguir, disserta sobre as mudanças no mundo pós Guerra Fria e o isolamento do Brasil como um dos poucos países não signatários do TNP.

Sobre a bomba atômica, afirma que perdeu sua legitimidade e que deixou de fazer parte do centro de planejamento das superpotências. Afirma ainda que o TNP tornou-se mais universal, dinâmico e participativo, sendo na ocasião o tratado com maior aceitação internacional da história.

Apenas cinco países não haviam aderido até aquele momento, dentre quais o Brasil, gerando por essa razão incompreensão e perplexidade por parte dos demais países signatários. Na fase de conclusão argumenta que o ingresso do Brasil pode ser muito vantajoso em termos de projeção internacional e participação em mecanismos de decisão (Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010).

O discurso do presidente da república e posterior ratificação do tratado pelo congresso nacional conclui o longo período de trinta anos que o Brasil levou para aderir ao TNP.

## CONCLUSÃO

O período de trinta anos que o Brasil levou para aderir ao TNP abrange incontáveis aspectos da história e da diplomacia brasileira e global fazendo com que esse trabalho seja apenas um resumo dos inúmeros fatos concatenados que levaram em primeiro lugar ao surgimento do tratado em si e posteriormente à assinatura do Brasil.

Comparar este período com a quantidade de tempo infinitamente menor que os primeiros cinquenta signatários levaram para aderir ao tratado, passa a impressão de que o intervalo em questão é ainda maior. O mesmo raciocínio é válido quando se considera as poucas nações que não haviam ainda aderido ao tratado quando o Brasil o fez.

O tratado surge em meio a necessidade dos Estados Unidos e aliados impedirem a disseminação nuclear e ao mesmo tempo manter o *status-quo* atômico daquele momento histórico. Acontecimentos importantes como os incidentes do Canal de Suez e a Crise dos Mísseis em Cuba, demonstraram que sem o mínimo controle, o risco de uma guerra nuclear existia. Portanto, o TNP foi instrumento importante para um mundo livre de guerras dessa natureza.

A idéia base do tratado é a não-proliferação nuclear, tendo como contrapartida para os que o aderirem o intercâmbio tecnológico para fins pacíficos.

É, entretanto, considerado por muitos países como discriminatório, pois apesar de determinar o desarmamento das potências nucleares, não estipula prazo ou processos e, portanto apenas mantém congelada no tempo uma situação que privilegia uns em detrimento de outros.

Independente das controversas entre países nucleares e não-nucleares, na prática o tratado tem sim forte relevância no processo de paz e até mesmo no tímido desarmamento global ocorrido até o momento. Sem o tratado, a situação global no pós-Guerra Fria seria certamente muito diferente.

Para o espectador que vislumbra superficialmente essa parte da história brasileira inserida no contexto internacional do TNP, fica a impressão de que tal

intervalo é demasiadamente extenso e não faz sentido algum. Afinal, conforme já mencionado na introdução deste trabalho, o período abrange a legislatura de ao todo sete presidentes da república.

Por outro lado, partindo do ponto de vista dos presidentes os motivos do Brasil começam a ficar mais claros. O tratado surgiu em meio a uma transição do regime democrático para uma ditadura militar. Ou seja, um momento crítico na nação para os mais diversos temas.

E para dificultar um pouco mais a situação, é preciso inserir neste contexto do regime militar as diferenças com a Argentina e uma crise energética que transformou economias ao redor do globo.

Dificuldades também existiram no novo período de transição, dessa vez marcado pelo retorno ao processo democrático. O primeiro presidente civil falece antes de tomar posse e o segundo presidente é afastado depois de um processo de *impeachment*. Portanto, no seu momento mais crítico de transição democrática, o Brasil é governando por dois vice-presidentes.

Felizmente ambos foram figuras chave na condução do processo que levaria o Brasil a aderir ao TNP. Sob a presidência José Sarney, o país resolve todas as desavenças com a Argentina e estabelecendo as bases para futura criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), uma iniciativa inédita e de suma importância para os dois países.

Outras importantes medidas foram tomadas pelo segundo vice-presidente brasileiro pós-ditadura militar. O consenso gerado em prol da governabilidade em torno da figura de Itamar Franco criou as bases para as mudanças econômicas no Brasil que ironicamente beneficiariam no futuro o presidência de Luis Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT), partido este que se opôs a todas as reformas encaminhadas ao congresso naquela ocasião.

Porém o consenso venceu, grande parte das reformas foi realizada e o presidente Fernando Henrique Cardoso finalmente decide assinar o TNP. Como ilustrado no capítulo três, as mudanças ocorridas no país ainda no governo do

presidente Collor e que tiveram continuidade na era Cardoso, inserem e conectaram o Brasil ao capitalismo global.

A assinatura do tratado, portanto, precisa ser considerada dentro de um contexto surgido no início do processo de redemocratização e que não parou de evoluir. Naquele momento, a defesa da nação estava transferida para os civis, o país já havia aderido inúmeros tratados de não-proliferação e sua constituição permitia apenas o uso pacífico da energia nuclear. Antes disso havia ajustado suas desavenças com a Argentina e adquirido a auto-suficiência atômica.

Aquele era o momento da assinatura e conseqüente inserção do Brasil em importantes fóruns internacionais. Mais que isso, a assinatura auxiliaria na importante vinda do capital externo necessário ao país naquele momento.

Portanto, assinar o tratado apenas documentava o que na prática já vinha ocorrendo. E em sendo este o caso, reverte-se a pergunta do início deste trabalho. Por que não assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear?

Por fim, nota-se que a assinatura auxiliou na inserção do Brasil no cenário internacional e ao mesmo tempo o país permanece com seu poder de barganha perante a comunidade internacional através da recente campanha da AIEA para a adesão ao protocolo adicional ao tratado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASILEIRO-ARGENTINA DE CONTABILIDADE E CONTROLE DE MATERIAIS NUCLEARES. A Criação da ABACC. Disponível em: <[http://www.abacc.org.br/port/abacc/abacc\\_historia.htm](http://www.abacc.org.br/port/abacc/abacc_historia.htm)> Acesso em: 05 ago. 2010.

ALLYN, B. J.; BLIGHT, D. A.; WELCH, S. Essence of Revision: Moscow, Havana, and the Cuban Missile Crisis. *International Security*. v. 14, n. 3, p. 136-172, 1989-1990.

ARRAES, V. C. O Brasil e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas: dos anos 90 a 2002. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, v. 48, n. 2, p. 152-168, jul./dez. 2005.

BRITAIN'S NUCLEAR WEAPONS. Disponível em: ><http://nuclearweaponarchive.org/Uk/UKOrigin.html>> Acesso em: 09 mar. 2011

CERVO, A. L.; BUENO, C. História da política exterior do Brasil. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

CERVO, A. L.; BUENO, C. Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2008b.

CHINA'S NUCLEAR WEAPONS. Disponível em: <<http://nuclearweaponarchive.org/China/ChinaTesting.html>> Acesso em: 09 mar. 2011

D'ARAÚJO, M. C.; CASTRO, C. Ernesto Geisel. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1997.

DECRETO Nº 76.593, DE 14.11.1975 - DOU 14.11.1975. Disponível em: <<http://nxt.anp.gov.br/nxt/gateway.dll/leg/decretos/1975/dec%2076.593%20-%201975.xml>> Acesso em: 10 mar. 2011.

FAJARDO, J. M. C. Acordo Tripartite Itaipu-Corpus: ponto de inflexão entre a disputa geopolítica e a política de cooperação. Porto Alegre, 2004. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FALCÃO, A. Geisel: do tenente ao presidente. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

FISCHER, D. History of the International Atomic Energy Agency. Vienna: The Agency, 1997.

FIRMAGE, E. B. The Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons. The American Journal of International Law. v. 63, n. 4, p. 711-746, out. 1969.

FRANCE'S NUCLEAR WEAPONS. Disponível em: <<http://nuclearweaponarchive.org/France/FranceOrigin.html>> Acesso em: 09 mar. 2011.

FRIEDEN, J. A. Capitalismo Global: história econômica e política do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

GADDIS, J. L. The Cold War. London: The Penguin Press, 2005<sup>1</sup>

GALL, N. JSTOR. Atoms for Brazil, Dangers for All. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1147877>> Acesso em: 15 jul. 2010.

GOLDSCHMIDT, B. A Historical Survey of Nonproliferation Policies. International Security. v. 2, n. 1, p. 68-87.

INCREASING TRANSPARENCY IN THE U.S. NUCLEAR WEAPONS STOCKPILE. Disponível em: <[http://www.defense.gov/npr/docs/10-05-03\\_Fact\\_Sheet\\_US\\_Nuclear\\_Transparency\\_\\_FINAL\\_w\\_Date.pdf](http://www.defense.gov/npr/docs/10-05-03_Fact_Sheet_US_Nuclear_Transparency__FINAL_w_Date.pdf)> Acesso em: 15 dez. 2010.

INSTITUTO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. Discurso por ocasião da cerimônia de assinatura da Mensagem que envia o Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares ao exame do Congresso Nacional. Disponível em: <<http://www.ifhc.org.br/files/artigo/1000.pdf>> Acesso em: 26 jul. 2010.

LESSA, A. C. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, v. 41, n. esp, p. 29-41. 1998.

LAMPREIA, L. F. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, v. 41, p. 5-17, dez. 1998.

MAIOR, L. A. P. S. O Brasil e o regionalismo continental frente a uma ordem mundial em transição. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, v. 49, n. 2, p. 42-59, jul./dez. 2006.

---

<sup>1</sup> As páginas referenciadas no corpo do trabalho dizem respeito a edição eletrônica da obra, lida no Kindle para iPad.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/1998/09/18/discurso-do-embaixador-luiz-felipe-lampreia/?searchterm=lampreia%20tnp>> Acesso em: 20 jan. 2011.

MORRISON, D. Nuclear Threat Initiative. Brazil's Nuclear Ambitions, Past and Present. Disponível em: <[http://www.nti.org/e\\_research/e3\\_79.html](http://www.nti.org/e_research/e3_79.html)> Acesso em: 05 jun. 2010.

NOBELPRIZE.ORG. The Nobel Peace Prize 2009. Disponível em: <[http://nobelprize.org/nobel\\_prizes/peace/laureates/2009/](http://nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2009/)> Acesso em: 25 de maio de 2010.

PAGLIAI, G. C. Segurança hemisférica: uma discussão sobre a validade e atualidade de seus mecanismos institucionais. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 49, n. 1, jun./jan. 2006.

PIO, C. A Estabilização Heterodoxa no Brasil: idéias e redes políticas. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 16, n. 46. p. 31-54, jun. 2001

POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL. disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/publi\\_04/COLECAO/DEFES.HTM](http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/DEFES.HTM)> Acesso em 20 mar. 2011.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria de Comunicação Social. Política de Defesa Nacional. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/publi\\_04/colecao/DEFES.htm](https://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/DEFES.htm)> Acesso em: 15 mai. 2010.

THE EISENHOWER PRESIDENTIAL LIBRARY AND MUSEUM HOMEPAGE. Atoms for Peace. Disponível em: <[http://www.eisenhower.archives.gov/research/digital\\_documents/Atoms\\_For\\_Peace/Atoms\\_For\\_Peace.html](http://www.eisenhower.archives.gov/research/digital_documents/Atoms_For_Peace/Atoms_For_Peace.html)>. Acesso em: 16 jul. 2010.

THE SOVIET NUCLEAR WEAPONS. Disponível em: <<http://www.fas.org/nuke/guide/russia/nuke/index.html>> Acesso em: 09 mar. 2011.

THE SOVIET NUCLEAR WEAPONS PROGRAM. Disponível em: <<http://nuclearweaponarchive.org/Russia/Sovwpnprog.html>> Acesso em: 09 mar. 2011.

TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. Disponível em: <<http://www.nato.int/docu/other/po/treaty-po.htm>> Acesso em: 14 ago. 2010.

TRATADO INTERAMERICANO DE ASSISTÊNCIA RECÍPROCA. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/tiar.htm>> Acesso em: 10 mar. 2011.

TRATADO SOBRE A NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES. Disponível em: <[http://www.onu-brasil.org.br/doc\\_armas\\_nucleares.php](http://www.onu-brasil.org.br/doc_armas_nucleares.php)> Acesso em: 06 nov. 2010.

VARGAS, E. V. Átomos na integração: a aproximação Brasil-Argentina no campo nuclear e a construção do MERCOSUL. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, v. 40, n. 1, p. 41-74, jan./jun. 1997.

VIDIGAL, C. E. *RELAÇÕES BRASIL-ARGENTINA: A CONSTRUÇÃO DO ENTENDIMENTO (1962-1986)*. Brasília, 2007. 338 f. Dissertação (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.

VIDIGAL, C. E. *Relações Brasil-Argentina: a construção do entendimento (1962-1986)*. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

VIZENTINI, F. P. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

WARNER, G. The United States and the Suez Crisis. *International Affairs*. v. 67, n. 2, p. 303-317, abr. 1991.